

THAYNARA DIAS DA SILVA

**GT06 ANPED: UMA ANÁLISE DO GRUPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO
POPULAR (2010-2020)**

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado ao Curso de Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Leziany Silveira Daniel

CURITIBA
2021

Dedico este trabalho à minha família, especialmente aos meus pais, que sempre me deram todas as condições para me dedicar aos estudos e construir minha trajetória acadêmica. Dedico também a todas as minhas colegas que compartilharam os desafios da universidade e aos excelentes professores que tive o prazer de conhecer nesta jornada.

“Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às 4h da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.” (FREIRE, 1991)

RESUMO

Este estudo teve como tema a análise de produções científicas do Grupo de Trabalho (GT06) da Educação Popular apresentadas em reuniões nacionais na Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre o período de 2010 a 2020, com o objetivo de observar como as temáticas relacionadas à minorias sociais estão retratadas. Com o intuito de contextualizar a análise, foi apresentado referenciais teóricos para entender os primeiros movimentos da Educação Popular no Brasil e sua inserção nas políticas públicas. A partir dos dados coletados, procurou-se constatar se o número de produções que tratam de algum grupo de minoria social são significativos e como suas discussões podem contribuir para refletirmos sobre a efetivação de direitos essenciais, principalmente à educação.

Palavras-chave: Educação Popular, Minorias sociais, ANPEd.

ABSTRACT

This study had as its theme the analysis of scientific productions of the Working Group (GT06) of Popular Education in national meetings at the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd), from 2010 to 2020, with the objective of observing how themes related to social minorities are portrayed. In order to contextualize an analysis, theoretical references were presented to understand the first movements of Popular Education in Brazil and their insertion in public policies. From the data collected, it is expected to see if the number of productions that deal with some social minority group are capable and how their possibilities may reflect on the realization of essential rights, especially education.

Keywords: Popular Education, Social Minorities, ANPEd.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

TABELA 1 - Grupos de minorias sociais, seus respectivos temas publicados e autores.....	15
GRÁFICO 1 - Quantidade de trabalhos publicados.....	16
TABELA 2 - Grupos de minorias sociais, seus respectivos temas publicados e autores.....	16

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL ..	10
1.1 EDUCAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2. ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NA ANPED	15
2.1 INDÍGENAS.....	18
2.2 MULHERES.....	19
2.3 POPULAÇÕES PERIFÉRICAS.....	23
2.4 IDOSOS.....	24
2.5 NEGROS.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso tem como objeto investigativo a educação popular (GT06) na Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação. Ao longo de 42 anos, a entidade tem como objetivo reunir programas de pós-graduação com a participação de alunos, professores e pesquisadores, impulsionando debates e pesquisas científicas e políticas na área da educação.

Um dos grandes compromissos da Anped é a luta pela universalização e avanço da educação no Brasil. Dentre as suas temáticas, o Grupo de Trabalho da Educação Popular aparece de forma significativa. Para tanto, e considerando a sua importância, foi realizado uma pesquisa bibliográfica no *site* da associação e um levantamento dos trabalhos publicados nas reuniões nacionais da Anped no período de 2010 a 2020 com foco em temáticas voltadas às minorias sociais, observando quais autores aparecem, subtemas, se há uma predominância de trabalhos publicados sobre essa temática em comparação à outros e suas principais discussões¹.

A escolha da análise com foco nas minorias sociais se deu pela importância histórica dos movimentos sociais na luta por direitos fundamentais de grupos minoritários. De acordo com Gadotti (2012, p. 3),

A Educação Popular se constitui de um grande conjunto de teorias e de práticas que tem em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza das condições concretas em que vive a maioria da população. Todas elas refletem a recusa à uma educação domesticadora ou que, simplesmente, não se coloca a questão de que educação precisamos para o país que queremos.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a seguinte questão: Como temas voltados à Educação Popular e minorias sociais são abordadas em uma das principais e importantes organizações de pesquisa e pós-graduação do País?

Com a finalidade de entender a importância da educação popular como política pública e sua trajetória histórica no Brasil, buscou-se referenciais teóricos a partir dos estudos de Gadotti (2013), Pini (2012), Piccin e Betto (2018), Brandão (2006; 2013) e Oliveira (2001). Tal discussão foi realizada no primeiro capítulo, apresentando os

principais movimentos da educação popular nos séculos XX e XXI, enfatizando também as contribuições de Paulo Freire na educação popular.

No segundo capítulo, serão apresentados os levantamentos realizados no site da Anped. O primeiro consiste na observação da quantidade de trabalhos publicados e, destes, quantos são temas voltados a grupos de minorias sociais. O segundo trata das pesquisas publicadas e seus respectivos autores no período de 2010 a 2020, dividindo os grupos de minorias em 6 categorias: Indígenas, Mulheres, Negros, Populações Periféricas, Idosos e Negros, discorrendo sobre suas principais discussões em cada trabalho publicado e algumas análises.

1. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

A educação popular é um movimento ligado a grupos populares que se desenvolveu socialmente no combate ao projeto educacional dominante (PINI, 2012, p.1). No Brasil, foi nas décadas de 1940 e 1950 que os primeiros movimentos em prol da escola pública e a alfabetização da população foram registrados. Tais movimentos marcaram pela primeira vez, de acordo com Brandão (2006, p. 32), o Estado e segmentos da sociedade civil na dedicação à educação dos setores populares.

De acordo com Piccin e Betto (2018), nesse período há uma ideia de adaptação social das classes excluídas, como a população rural e periférica, para o avanço do país. Movimentos em massa de alfabetização como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) não se mostraram eficientes, mas houve um importante movimento de educadores cujo pensamento era contrário à ideia de educação como transmissão de conhecimentos, fora da realidade dessas populações.

A partir de 1960 surgem movimentos de educação voltados às classes populares no enfrentamento do sistema educacional vigente, principalmente no que se refere à educação de adultos (BRANDÃO, 2006, p. 44). O primeiro deles surge como um movimento de educadores que iniciou-se através de grupos e movimentos da sociedade civil. Com teorias e práticas intituladas como *cultura popular*, o movimento se considerou uma base simbólico-ideológica na sua organização e mobilização das classes populares na luta pela transformação social, cultural e política vigentes. (BRANDÃO, 2006, p. 46).

Como exemplos de movimentos que surgiram nesse período, temos o Movimento de cultura popular (MCP), criado em Recife, que tinha como ações principais a luta pela alfabetização de adultos e educação de base; o Movimento de Educação de base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com ações voltadas à alfabetização, inclusive da população rural e o Centro Popular de Cultura (CPC), criada por estudantes universitários no Rio de Janeiro e com ações voltadas à cultura e arte das classes populares. Podemos perceber que a educação popular como instrumento de transformação social ganha espaço na sociedade através de segmentos sociais diferentes. Como afirma Piccin e Betto (2018),

(...) a partir dessa intensa movimentação que ocorre na década de 60, emerge fortemente a ideia de cultura popular, pela valorização e promoção de uma cultura produzida pelo próprio povo e não uma cultura que tem por objetivo perpetuar a dominação do povo. Ou seja, se fortalece a visão de que todos e todas produzem cultura, principalmente na interação um com o outro, no diálogo, aprendendo coletivamente. (PICCIN; BETTO, 2018, p. 22)

Uma das experiências marcantes e mais conhecidas organizadas por Paulo Freire e sua equipe nesse período foi a alfabetização de trabalhadores em uma comunidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, ainda na década de 1960. Segundo Pini (2012, p. 2) a estratégia de alfabetização de adultos e a eliminação do analfabetismo contribuíram para fortalecer os grupos populares no enfrentamento à violência.

A partir de 1980, os movimentos sociais estão voltados na luta pela democratização política, social e econômica após o período militar. Movimentos como o Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), criado durante a gestão de Paulo Freire como secretário municipal de educação visando o combate ao analfabetismo, surgiram. Vemos também, nos anos 1990, movimentos em prol do acesso pelos grupos populares ao ensino superior, como o PVNC (Pré-vestibulares para negros e carentes). Segundo Oliveira (2001),

Por ser um tipo de ação destinada à preparação de jovens e adultos para o ingresso na educação superior, os pré-vestibulares populares trazem consigo um caráter de originalidade, uma vez que, ao longo de todo o período desenvolvimentista (1930-1989), os movimentos de educação popular, quer se prestassem para a conservação, quer para a transformação, eram dirigidos exclusivamente para os adultos, os analfabetos ou de baixa escolarização. (OLIVEIRA, 2001, p.52).

Encontramos importantes movimentos criados recentemente no Brasil, expandindo os alvos para grupos ribeirinhos, quilombolas, Movimento das mulheres, Movimento dos sem teto etc., como a RECID (Rede de Educação Cidadã), criada em 2003. Com o intuito de propiciar o diálogo e combate à miséria de grupos vulneráveis, a RECID mobiliza segmentos da população, entidades e movimentos sociais e populares com este compromisso, sendo um projeto popular, democrático e soberano da nação (PINI, 2012, p. 3).

A partir da trajetória histórica da educação popular exposto neste capítulo, podemos observar que a educação popular, no campo educacional, teve um papel fundamental ao longo dos anos na luta pelo direito à educação universal e de

qualidade para todos, desde a educação básica ao ensino superior e, por diversos momentos, sendo um grande opositor do sistema educacional tradicional e dominante.

Paulo Freire foi um intelectual que contribuiu de forma significativa na educação popular brasileira. Não somente na alfabetização de adultos, as ideias de Freire contribuíram nas bases da concepção da educação popular. De acordo com Gadotti (2013, p. 4),

Paulo Freire entende Educação Popular como cultura e como processo de mobilização social com vistas a criação de um poder popular. Foi assim que ele a definiu, em agosto de 1985, numa entrevista concedida à educadora Rosa Maria Torres. Nessa entrevista ele afirma que “a Educação Popular se delinea como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular” (Paulo Freire. In: TORRES, org. 1987, p. 74).

Considerando os princípios de Freire na educação popular, Gadotti (2013) indica, dentre outros, a idéia de educação como libertadora, produtiva e não apenas mera transmissão de conhecimentos, mas sim um ato dialógico contra qualquer expressão de autoritarismo e que considera a realidade, cultura e conhecimentos prévios trazidos pelos indivíduos, estes que são protagonistas do processo educativo e da sua emancipação. Assim “cabe considerar que, ao longo destes 50 anos, houve uma disseminação da Educação Popular, fundamentada nos princípios teórico metodológicos freirianos como metodologia de atuação com os setores populares” (PINI, 2012, p. 3).

Paulo Freire não somente contribuiu nas bases da educação popular como também nas políticas públicas, conforme veremos no capítulo seguinte.

1.2. EDUCAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

Paulo Freire assumiu como secretário de educação do estado de São Paulo em 1989. De acordo com Gadotti, Freire defendia que a educação popular tinha

condições de influenciar políticas públicas na área da educação e gostaria que “se falasse de Educação Popular na escola pública e que a própria concepção popular de educação se tornasse a concepção hegemônica da educação.” (2013, p. 5).

O Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, publicado pelo MEC em 2014, aponta que Paulo Freire teve uma contribuição em diversas áreas de atuação da Educação popular, inclusive com iniciativas para superar a ideia de Educação Popular limitada somente à educação não escolar.

Franco (2014) aponta que durante e após a gestão de Freire como secretário da educação, foram implementadas ações voltadas à:

1. Democratização da gestão – democratizar o poder pedagógico e educativo – todos os segmentos da escola e da comunidade.
2. Acesso e permanência – ampliar o acesso e a permanência dos setores usuários da educação pública.
3. Qualidade da Educação – construir coletivamente um currículo interdisciplinar e investir na formação permanente do pessoal docente.
4. Educação de Jovens e Adultos – contribuir para eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo. (FRANCO, 2014, p.111).

Como exemplo de tais ações, de acordo com Franco (2014), está a criação de Núcleos de Ação Educativa (NAES), que consiste no movimento de discussão e debate de uma ação pedagógica entre a escola e fóruns regionais do NAES. “O movimento constava do seguinte processo: o documento era discutido nas escolas, que escolhiam seus representantes para as discussões nos fóruns regionais nos NAES. Após as discussões nos NAES, eram eleitos os representantes para os debates em âmbito municipal, conseqüentemente, esses representantes retornavam para suas origens até voltar para a escola e vice-versa” (2014, p. 112 e 113).

Mário Sérgio Cortella deu continuidade nos projetos idealizados por Freire após a sua saída como secretário de educação em 1991. O Regimento Comum das Escolas, proposta amplamente discutida em anos anteriores, foi aprovada em 1992. Houve, a partir de então, uma readequação do currículo escolar e formação de professores. Franco (2014) salienta que a construção do currículo foi pensada de forma coletiva, com a participação da escola, comunidade e especialistas “(...) por meio de diálogo entre os segmentos, que depois eram transformadas em “cadernos” que retornavam para as escolas para fomentar a troca de experiências. As escolas receberam apoio técnico e financeiro da Secretaria para a construção de seus

projetos político-pedagógicos.” (2014, p. 114). Da mesma forma, a formação de professores ocorreu através de grupos de formação, organizados pelo NAES visando a reflexão da prática docente, incluindo a oferta de cursos, palestras e atividades.

Várias outras iniciativas foram criadas durante a gestão de Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella, também voltadas à qualidade de educação e Educação de Jovens e Adultos. Franco (2014) aponta investimentos na infraestrutura escolar, criação do Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA), salas de apoio para crianças com deficiência, Conselhos de Escola (CE), entre outros. Podemos perceber que tais iniciativas abrangeram classes sociais diferentes, tanto dentro como fora do ambiente escolar, com a participação democrática de segmentos sociais diferentes em cada iniciativa.

Muitos progressos tiveram continuidade. Em 2006, a RECID deu um importante passo para tornar a Educação Popular como política pública no Brasil. De acordo com o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (2014), vários debates ocorreram entre a RECID e organizações, redes, conferências e fóruns em todo o Brasil. Em 2012, houve a elaboração da Política Nacional de Educação Popular, que tem como principais ações articulações políticas, encontros e reuniões. O documento descreve que, no período de 1941 a 2013

(...) foram realizadas 138 conferências nacionais, das quais 97 foram realizadas de 2003-2013, como importantes espaços de participação e debate sobre as políticas públicas no Brasil. (...) A Educação Popular é assumida em diversas resoluções. Um breve levantamento, nos documentos finais da 1ª Conater, em 2012; da 2ª Conaes, 2010; 1ª e 2ª CNDRSS, em 2008 e 2013, no texto base da Conjuv, em 2012 e da Conae, em 2014, e também na Resolução nº 08, do CNES, de 2012, ajuda a perceber essa demanda, sendo possível afirmar que a Educação Popular tem relevância para os grupos da sociedade civil na sua intersecção com várias políticas públicas. (SECRETARIA-GERAL, 2014, p. 17).

2. ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NA ANPED

Denominado Grupo de Trabalho (GT) 06, a Educação Popular na Anped teve a sua primeira reunião em 1982. De acordo com o histórico do GT no site da instituição, o objetivo inicial para sua criação foi “contribuir para sistematizar a memória dos

movimentos de Educação Popular nos anos sessenta.”. Com a reformulação em 1987 houve uma adequação das temáticas, ampliando para a luta popular pela escola pública, escolarização do adulto trabalhador, produção de conhecimento nas práticas de Educação Popular, relação entre movimentos populares e Estado na Nova República.

No período de 2010 a 2020, houve seis reuniões nacionais da ANPEd. A análise consiste na observação da quantidade de trabalhos publicados relacionados aos seguintes grupos de minorias sociais: negros, indígenas, imigrantes, mulheres, homossexuais, idosos, portadores de deficiência e moradores periféricos. Para isso, foi realizado no site da instituição uma busca pelas reuniões nacionais e os respectivos trabalhos publicados do grupo GT06 da Educação Popular.

Após o levantamento dos dados, vemos que dos 83 trabalhos publicados, apenas 23 abordam temas relacionados ao estudo de minorias sociais. Podemos notar um aumento, pouco expressivo, na publicação dos trabalhos com essa temática entre 2010 e 2017, conforme veremos na tabela 1 e gráfico 1.

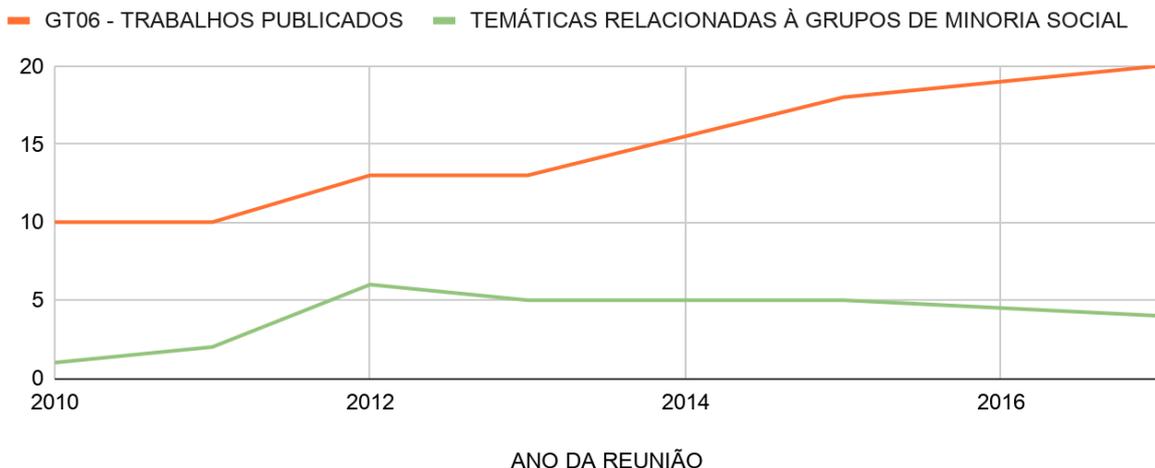
TABELA 1 - Ano das reuniões anuais da Anped, número de trabalhos publicados da Educação Popular e número de temas relacionados a grupos de minorias.

ANO DA REUNIÃO	GT06 - TRABALHOS PUBLICADOS	TEMÁTICAS RELACIONADAS À GRUPOS DE MINORIA SOCIAL
2010	10	1
2011	10	2
2012	13	6
2013	13	5
2015	18	5
2017	20	4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados informados no site da Anped.

GRÁFICO 1 - Quantidade de trabalhos publicados

GT06 - Quantidade de trabalhos publicados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados informados no site da Anped.

A tabela 2 descreve os respectivos trabalhos, autores e ano de publicação. Não foram encontradas pesquisas voltadas à pessoas portadoras de deficiência, LGBTs, e imigrantes. A partir das pesquisas publicadas, foi realizada uma breve síntese das principais discussões de cada trabalho e algumas análises.

TABELA 2 - Grupos de minorias sociais, seus respectivos temas publicados e autores.

GRUPOS DE MINORIA SOCIAL	TEMAS	AUTORES
INDÍGENAS	Documentos curriculares para a educação escolar indígena no Brasil: Da prescrição às possibilidades da diferenciação.	TROQUEZ (2012)
MULHERES	Saberes da noite: processos educativos consolidados na prática da prostituição	SOUZA; OLIVEIRA (2010)
	Contribuições da educação popular e fenomenologia para a pesquisa em educação realizada com prostitutas.	SOUSA; OLIVEIRA (2011)
	Mulheres camponesas e os processos educativos desencadeados por suas práticas de cuidado à saúde.	CAMPOS; OLIVEIRA (2012)

	Participação popular e engajamento de prostitutas na luta por direitos.	SOUSA (2013)
	Aprender com o pé atrás: Reflexões sobre o lugar da (des)confiança no processo de educar-se na noite	SOUSA (2012)
	Enfoque feminista da perspectiva político-pedagógica Freiriana.	MURACA; FLEURI (2012)
	Método e metodologia entre pedagogia popular e feminismo	MURACA (2013)
	A mulher e a docência: histórias de militância	RESENDE (2013)
	Círculos de cultura e associações de prostitutas: Aprendendo a dizer a sua palavra.	SOUSA (2015)
	“Não queria que minha filha tivesse a mesma vida que eu”: Um estudo sobre mulheres no trabalho artesanal	CASTRO (2017)
	“Nem Tudo São Flores”: A interface da Educação Popular e um modo de ser mulher, mãe e líder nas Comunidades Eclesiais de Base	REIS; EITERER (2017)
	Desvelando saberes e refletindo sobre o saber-fazer de costureiras	BARBOSA (2017)
	Educação popular e cuidado à saúde no campo: situações limites e a construção de inéditos viáveis por mulheres camponesas	TEIXEIRA (2015)
POPULAÇÕES PERIFÉRICAS	A poética do espaço escolar: Algumas questões sobre o refeitório escolar como espaço de educação popular de crianças em periferias urbanas.	TAVARES (2012)
	A periferia das periferias e o não-lugar escolar: Um estudo do tipo etnográfico.	KNIJNIK; SCHEFER (2015)

	A história de Brenda - de visitante a usuária do Museu da Maré	ARAÚJO (2013)
	Ciências e Educação Popular Comunitária: A concepção-mediação de saberes científicos no contexto sociocultural de escolas populares	GUERRA (2011)
	Movimentos sociais e a luta por creches no Rio de Janeiro: A experiência das creches comunitárias em São Gonçalo.	TAVARES (2015)
IDOSOS	Educação e Envelhecimento: Viver- Morar em Abrigo	COSTA (2015)
	Processos educativos vivenciados por idosos residentes de um abrigo	COSTA (2017)
NEGROS	Escavidão em Uberaba em diálogo com a Educação Popular	SOUZA; VASCONCELOS (2012)
	Da indignação ao encantamento: Alguns porquês da escravidão e a Educação Popular	SOUZA; VASCONCELOS (2013)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados informados no site da Anped.

2.1 INDÍGENAS

No único estudo voltado à educação indígena, a pesquisadora Marta Coelho Castro Troquez aborda a questão do currículo escolar diferenciado para os índios, com foco na educação básica. A análise parte do questionamento do discurso pedagógico a partir dos documentos oficiais dos anos 90, a sua relação e influência no currículo escolar indígena.

Segundo Troquez (2012), um dos discursos presentes no RCNEI (Referencial Curricular Nacional para as escolas Indígenas) de 1998 é o denominado relativista, que consiste no ato dialógico de conhecimentos escolares indígenas e não indígenas no currículo, de forma intercultural. Constatou-se nos estudos que tal discurso

apresenta fragilidades, visto que "(...) a proposta de enfraquecimento das fronteiras entre conteúdos acadêmicos e conteúdos próprios, a partir da ideia de diálogo entre eles, recorrente nos indicativos de prática pedagógica, pode não garantir a aquisição de conhecimentos escolares especializados ou "poderosos" na direção da promoção da justiça social, do equilíbrio entre igualdade de oportunidades e do respeito à (s) diferença(s) ou à diversidade cultural." (TROQUEZ, 2012, p. 14).

A pesquisa gerou discussões importantes, que vão diretamente ao encontro do que Paulo Freire abordou sobre cultura no currículo das camadas populares. Scocuglia (2005) cita que as argumentações de Paulo Freire abordam os múltiplos conhecimentos que os indivíduos possuem como direito, desde aqueles construídos socialmente como também acesso a conhecimentos culturais de acordo com a realidade vivida pelo indivíduo. De acordo com o autor, Freire argumenta sobre o

(...) (1) o direito de conhecerem o que não conhecem, ou seja, o direito de se apropriar do conhecimento que lhes foi negado e apropriado pelas camadas dirigentes/dominantes da sociedade; (2) o direito de conhecerem melhor o conhecimento que já possuem proveniente das experiências feitas, do cotidiano, do mundo da vida e (3) o direito de construir o seu próprio conhecimento, isto é, o conhecimento erigido a partir dos seus próprios valores, interesses, e práticas e da sua própria cultura. Deste prisma, os direitos ao conhecimento defendidos por Freire implicam no direito de poder participar da construção do currículo (escolar ou não) por parte de todos os atores escolares, desde sua elaboração e planejamento. (SCOCUGLIA, 2005, p. 87).

Infelizmente o número de trabalhos voltados à educação indígena neste grupo durante o período analisado são escassos. Em comparação a outros GTs, a educação indígena aparece de forma muito mais recorrente no GT21, que trata da Educação e Relações Étnico-raciais.

2.2 MULHERES

Percebe-se que o número de trabalhos publicados voltado às mulheres são a maioria. Dos 13 trabalhos, 5 são temas relacionados à educação de prostitutas. As discussões abordadas são direcionadas às lutas e reivindicações por direitos fundamentais, os aprendizados que estas mulheres têm com os seus clientes no ambiente de trabalho e trajetórias de vida.

Sobre as lutas e reivindicações por direitos fundamentais, Souza (2013) discutiu como os movimentos de associações de prostitutas organizaram suas ações na luta por direitos, como educação, saúde, reconhecimento da profissão e suas origens na década de 1980. De acordo com a autora, vários avanços foram conquistados, entre eles, o *Projeto Previna*, voltado ao combate de doenças sexualmente transmissíveis e projetos e campanhas como o *Sem vergonha, garota. Você tem profissão*, para que a prostituição seja legitimada como profissão.

Nesta mesma linha de pesquisa, Souza (2015) publicou na 37ª Reunião Nacional da ANPEd outra pesquisa sobre as práticas educativas e culturais em associações de prostitutas. Considerado *círculos de cultura*, as atividades realizadas em tais associações, como reuniões, rodas de conversa, oficinas, apresentações teatrais entre outros, “favorecem o desenvolvimento da autoconfiança da mulher prostituta e fomentam a denúncia e o questionamento de percepções depreciativas associadas a essa prática social e às mulheres que dela se ocupam.” (SOUZA, 2015, p. 7).

A partir de alguns relatos em rodas de conversa, a autora discute como essas mulheres aprendem a partir dos diálogos e trocas de experiências entre pares. Não somente nessas experiências, constatou-se que as mulheres também aprendem no exercício da prostituição com os seus clientes. Tal discussão é exposta nas duas pesquisas de Souza e Oliveira (2010; 2011) publicadas na 33ª e 34ª reuniões da Anped. Através das entrevistas, observou-se que as mulheres adquirem aprendizados e habilidades variadas, como convivência com o outro, resiliência para enfrentar os problemas, comunicação, observação, entre outros. De acordo com as autoras,

Os dados obtidos durante essa investigação permitiram observar que prostituta e cliente aprendem e ensinam em suas relações, ambos procuram interpretar o que lhes acontece, atribuem significados a suas vivências e dessa forma produzem saberes de experiência e cultura. (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 13).

Dois trabalhos do grupo de minorias sobre mulheres possuem enfoque feminista. Muraca e Fleuri (2012) trazem uma discussão significativa sobre gênero na Educação Popular e algumas críticas de feministas direcionadas à Paulo Freire pelo uso de termos “neutros” em algumas de suas obras, além da diferença entre a concepção feminista e suas teorias. A pesquisa aborda também o Movimento das

mulheres de Santa Catarina (MMC/SC), suas ideias sobre ecofeminismo e seu projeto sobre agricultura camponesa.

O movimento das mulheres de Santa Catarina aparece em outro trabalho publicado por Fleuri (2013) na reunião anual seguinte da Anped. A autora buscou compreender a rotina das mulheres militantes feministas no campo e descreve em seu relato as impressões e reflexões que teve a partir da sua convivência com estas mulheres no período de sete meses, métodos e trajetória da pesquisa.

Três trabalhos deste grupo são direcionados a mulheres do campo. Teixeira e Oliveira (2012) realizaram uma pesquisa no Assentamento Monte Alegre, em São Paulo, para observar como a saúde é praticada e compreendida entre as trabalhadoras, condições de acesso e estrutura no Assentamento, riscos do trabalho à saúde, acesso ao lazer, entre outros. O cuidado com a saúde, de acordo com as autoras, geram processos educativos "onde a educação acontece intensamente. Essas mulheres educam-se para a vida, enquanto cuidam da saúde, estudando, articulando mobilizações, reivindicando, organizando festas e eventos, conquistando novos espaços e possibilidades." (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 16).

A discussão sobre a saúde de mulheres camponesas no Assentamento Monte Alegre também é o tema do segundo trabalho publicado por Teixeira (2015), que buscou compreender os processos educativos que vão se consolidando a partir das ações de saúde promovidas pelas mulheres no assentamento, visando o bem estar da população que ali vive, através de campanhas contra doenças, atividades voltadas aos jovens, às crianças, entre outros. Além de procurar superar os desafios da população com tais iniciativas, estas mulheres buscam cada vez mais aperfeiçoamentos em cursos e eventos voltados à culinária e produção rural, o que caracteriza, de acordo com a autora, a superação à exclusão da mulher do campo e maior visibilidade social.

Reis e Eiterer (2017) discutem como as Comunidades Eclesiásticas de Base na Bahia, organizadas por instituições religiosas católicas, aproximam as mulheres camponesas de processos educacionais, como a leitura e escrita. Por meio de entrevistas, as autoras investigaram suas trajetórias de vida, acesso à educação, experiências nas comunidades, maternidade, religião, família, entre outras questões

para entender o papel da mulher nesse espaço e como as comunidades podem ser instituições formativas.

Há, também, neste grupo, dois estudos voltados à mulheres em trabalhos manuais. O primeiro deles, autoria de Castro (2017), discorre sobre a questão de gênero na tecelagem na cidade de Resende Costa, Minas Gerais. A autora realizou uma pesquisa sobre igualdade de gênero neste ofício, muito tradicional na cidade, e constatou que essa igualdade na prática não existe e está longe de ser superada. Enquanto as mulheres precisam tear e conciliar o trabalho com os cuidados de casa e filhos, tendo menor produção e ganhando menos, homens se dedicam ao ofício sem interrupções, ganham mais e possuem direitos trabalhistas garantidos.

O segundo trabalho é um estudo voltado ao ofício de costureiras realizado por Barbosa (2017), através das entrevistas com costureiras autônomas ficou evidente os diversos aprendizados que elas adquirem através das suas experiências de trabalho, que envolvem costura, bordado, crochê, medidas de comprimento, cálculo do tamanho de tecidos das clientes, elaboração de moldes, entre outros vários saberes complexos:

Desde muito cedo, as costureiras tiveram que dar conta de reinventar suas existências, tendo que se distanciar dos espaços formais de educação e, conseqüentemente, de formas de trabalho menos precárias, mas ao mesmo tempo, imprimem em seu trabalho a criatividade e o belo da vida através dos saberes *não escolares*. (BARBOSA, 2017, p. 11).

Por fim, o último trabalho no grupo de minorias sobre mulheres trata da questão de gênero na docência. Cordeiro (2013) apresenta a história de professoras militantes que lutaram em prol da educação brasileira, como a professora Nísia Floresta, reconhecida como uma das precursoras do feminismo no Brasil e sua luta pela reforma da educação voltada para meninas. A autora cita também Maria Lacerda Moura e Gabriela Mistral e suas contribuições na educação de mulheres e alfabetização de crianças.

Vemos que as discussões levantadas neste grupo são muito ricas. As autoras trouxeram análises sobre os processos educativos das mulheres a partir de realidades e perspectivas muito diferentes, seja no contexto da mulher prostituta nas grandes cidades, mulheres no campo, mães, professoras, feministas e militantes, com pautas sobre a respeito e igualdade, liberdade e diversidade sexual, trabalho digno e

reconhecimento social, enfatizando a “característica intersetorial” que a Educação Popular possui. (SECRETARIA-GERAL, 2014, p. 30).

2.3. POPULAÇÕES PERIFÉRICAS

Os quatro estudos publicados voltados às populações periféricas se concentram em comunidades do estado do Rio de Janeiro e Porto Alegre. Araújo (2013) realizou um estudo sobre o acesso ao museu da comunidade da Maré no período entre 2009 e 2010. Através de livros de presença e depoimentos, a autora realizou um levantamento de visitantes por gênero e faixa etária. A partir da análise dos depoimentos dos visitantes, a pesquisadora cita trechos significativos de como o museu é um espaço de aprendizados que remete às memórias antigas e históricas dos moradores locais.

Tavares (2012) investigou o cotidiano de uma escola pública, especialmente os refeitórios da instituição. Através das suas observações, a autora discutiu a figura das merendeiras e como o momento da alimentação diária das crianças não somente é o ato nutritivo e biológico de saciar a fome, como também é um valioso momento de experiências e introdução à hábitos culturais, como foi o caso da substituição do uso da colher pelo garfo e faca em toda a escola, projeto que ficou conhecido pela mídia e difundido em outras escolas da região:

Esse acontecimento corrobora a nossa concepção do cotidiano escolar como um lugar de (re)invenção, grávido de instituintes e inéditos viáveis, como nos ensina Freire (1997). Terreno miúdo, tanto da criação do novo, quanto da reprodução do velho, lugar de uma teoria em movimento (...). De modo geral no cotidiano escolar, a complexidade da rede de relações presente nesse *espaçotempo* nos exige outras formas de interpretação, de tradução e intervenção. (TAVARES, 2012, p. 16).

Da mesma forma, Shefer e Knijnik (2015) também investigaram o cotidiano escolar e uma vila da região periférica de Porto Alegre. A pesquisa etnográfica descreveu o contexto da vila e condições dos moradores, bem como o espaço escolar, marcado por situações excludentes com os profissionais, más condições de trabalho das professoras, situações de trabalho infantil, entre outras questões que evidenciam a discrepância do que a “Lei prevê para os estudantes brasileiros e àquilo que ocorre no ‘chão da escola’”. (SHEFER; KNIJNIK, 2015, p. 18).

Guerra (2011), por outro lado, discorre em sua pesquisa os saberes

científicos nas práticas docentes e pedagógicas em três escolas periféricas da Comunidade 1º de Maio, no Rio de Janeiro. Discute a necessidade de conteúdos voltados à ciências da natureza serem relacionados aos saberes do senso comum, enfatizando a "importância de um debate epistemológico no chão da escola acerca da natureza da ciência, do privilégio atribuído ao conhecimento científico, da relação com outros saberes e do impacto social da produção da ciência." (GUERRA, 2011, p. 14).

O último trabalho deste grupo trata da luta pelo direito à creche na comunidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Tavares (2015) apresenta em sua pesquisa o dado alarmante de apenas 5% das crianças entre 0 a 3 anos estarem inseridas em creches públicas da comunidade e como os movimentos sociais, especialmente o ArtCreche, elaboram suas pautas na reivindicação pela ampliação de creches.

A partir da análise dos estudos apresentados podemos refletir sobre a importância dos saberes informais adquiridos em instituições não escolares na formação cultural dos indivíduos, na necessidade de articulações dos saberes populares no conhecimento escolar e, principalmente, constatamos que os desafios nas lutas e reivindicações por melhores condições de educação e acesso continuam atuais, longe de serem superadas, mas que enfatizam a necessidade de mobilizações de movimentos sociais e populares para que tais direitos previstos em leis brasileiras sejam efetivadas.

2.4. IDOSOS

As duas pesquisas sobre a educação de idosos são da mesma autoria. A primeira pesquisa que Costa (2015) publicou na 37ª reunião anual da ANPEd discute os processos educativos que os idosos construíram no Abrigo em que vivem e suas relações na instituição. Através de observações e entrevistas, a autora discorre sobre como os idosos aprenderam ou não a se adaptar para viver no abrigo.

A segunda pesquisa de Costa (2017) também aborda a mesma temática sobre a adaptação dos idosos no abrigo, inclusive com os mesmos debates e trechos de entrevistas. Nesta pesquisa, no entanto, a autora aborda a questão sobre como é "ser velho" para a idosa entrevistada. Para Costa,

A compreensão que fica é a de que existem muitas possibilidades

para estudar processos educativos, os quais estão presentes nas relações que estabelecemos em diferentes espaços. Estes processos estão presentes nas relações que se estabelecem entre comunidades que tem processos históricos diferentes de construções de saberes e práticas, ao desenvolverem trabalhos conjuntos de sobrevivência, de estratégias de vida e de transformação social [...]. (COSTA, 2017, p. 9).

Temas relacionados à educação de idosos não são recorrentes em reuniões nacionais em nenhum dos 23 grupos de trabalho presentes na Anped. No que se refere ao grupo de Educação Popular, evidencia-se a necessidade de maiores estudos e ampliação de objetos investigativos para entender os processos educacionais voltados à estas minorias sociais.

2.5. NEGROS

Dois trabalhos presentes no GT06 da Educação Popular abordam a temática sobre negros, com foco na história de escravos. Souza e Vasconcelos (2012) apresentam aspectos históricos da escravidão na cidade de Uberaba (MG) e o relato de Maria, neta de escravos e suas memórias. Os autores trazem uma discussão em torno da cultura negra, suas lutas, preconceito e exclusões sociais, com o intuito de “dar maior visibilidade a histórias de vida e aos arquivos da história que precisam ser denunciados, para trazerem consigo anúncios de autonomia e emancipação daqueles que ainda seguem sofrendo com a opressão.” (SOUZA; VASCONCELOS, 2012, p. 15).

Nesta mesma linha de pesquisa, Souza e Vasconcelos (2013) publicaram na reunião nacional seguinte uma discussão sobre as possíveis “explicações” para a escravidão. Os autores discorrem sobre a visão eurocêntrica e teorias reprodutivistas e como estas contribuíram para que o negro fosse inferiorizado e escravizado. enfatizando a importância que sua história e contribuições na cultura brasileira sejam evidenciados na instituição escolar e ensino superior.

Assim como a Educação de Indígenas, vemos que os estudos voltados à negros nos trabalhos publicados do GT06 na Anped também não são consideráveis. Uma das possíveis causas é a criação do GT21, grupo específico que trata a Educação e Relações Étnico-raciais e, dessa forma, a maioria dos estudos voltados à negros

estão presentes nesse GT. Entretanto, é importante considerar que a educação popular possui ampla relação direta com a temática, sendo possível desenvolver mais pesquisas neste campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento dos trabalhos publicados nas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa (ANPEd), entre 2010 e 2020, a presente pesquisa investigou os trabalhos publicados que possuem discussões voltadas a grupos de minoria social. No Brasil, “A Educação Popular está onde está o povo do campo e da cidade que lutam dia a dia há anos para que possam ter voz e vez, serem protagonistas e construtores de sua própria história” (SECRETARIA-GERAL, 2014, p. 62). Dessa forma, as pesquisas são muito pertinentes no debate para a melhoria da educação desses grupos historicamente excluídos socialmente.

Entretanto, podemos perceber que o número de trabalhos relacionados à minorias sociais não é considerável se comparado a totalidade de trabalhos publicados no GT06 do grupo de educação popular. Nota-se, também, que algumas temáticas possuem a mesma autoria, como é o caso dos trabalhos voltados à educação de prostitutas, idosos e negros. Além da falta de diversidade dos autores, há uma significativa falta de trabalhos voltados a portadores de deficiência, LGBTs e imigrantes. Essa falta explicita a necessidade de produções científicas voltadas para esses grupos.

Todas as pesquisas levantaram estudos pautados nos principais referenciais da educação popular, como a igualdade de oportunidades, acesso à direitos fundamentais, questões de gênero, saberes culturais no currículo, processos dialógicos e educativos em ambientes não escolares, entre outras questões que evidenciaram a importância destes estudos investigativos para pensar na efetivação da educação como direito humano:

A participação cidadã é um direito humano consagrado pela Constituição Brasileira de 1988. Nesse sentido, educar para a participação é educar para os direitos humanos, entendidos como aqueles direitos que garantem a dignidade da pessoa, independentemente de classe, gênero, orientação sexual, opção política, raça-etnia, ideologia e religião. (SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, 2015, p. 37).

Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para novas reflexões e estudos futuros da comunidade acadêmica no desenvolvimento de novas pesquisas, especialmente voltado para grupos em que os trabalhos são inexistentes ou pouco investigados, além de demonstrar a importância da educação popular no campo educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

- GADOTTI, Moacir. **Estado e educação popular**: Desafios de uma Política Nacional. Disponível em:
<<http://www.ifibe.edu.br/arq/20150914174012422036153.pdf>> Acesso em: 20 set. 2020.
- PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. **Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo**. Disponível em:
<<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/32.pdf>> Acesso em: 20 set. 2020.
- OLIVEIRA, Elizabeth Serra. **Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana**. Universidade Federal Fluminense-UFF. Dissertação de mestrado. Niterói, 2001, pp.152.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. Disponível em:
<www.ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.
- SECRETARIA-GERAL da Presidência da República. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Disponível em:
<[marco_de_referencia_da_educacao_popular.pdf](#) (forumeja.org.br)>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- SECRETARIA-MUNICIPAL de Direitos Humanos e Cidadania. Cadernos de formação: **Direitos Humanos e Cidadania**. Disponível em: <[capa+4capa_direitos-humanos](#) (paulofreire.org)>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- ANPED. Disponível em: <<https://anped.org.br/>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Documentos Curriculares para a educação escolar indígena no Brasil**. Disponível em: <[GT06-2161_int](#) (anped.org.br)>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- SOUSA, Fabiana Rodrigues de; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. **Saberes da noite: processos educativos consolidados na prática da prostituição**. Disponível em:
<[33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos em PDF/GT06-6216--Int.pdf](http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT06-6216--Int.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2020.
- GUERRA, Denise Moura de Jesus. **Ciências e Educação Popular comunitária: A concepção-mediação de saberes científicos no contexto sociocultural de**

escolas populares. Disponível em:

<34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT06/GT06-518_int.pdf> Acesso em: 13 dez. 2020.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. **Contribuições da educação popular e fenomenologia para a pesquisa em educação realizada com prostitutas.** Disponível em:

<34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT06/GT06-566_int.pdf> Acesso em: 13 dez. 2020.

SOUZA, Tiago Zanquêta de; VASCONCELOS, Valeria Oliveira de.

Escravidão em Uberaba em diálogo com a Educação Popular. Disponível em: <[35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT06 Trabalhos/GT06-1758_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT06%20Trabalhos/GT06-1758_int.pdf)>. Acesso em: 13 de dez. de 2020.

MURACA, Maria Teresa; FLEURI, Reinaldo Matias. **Enfoque feminista da perspectiva político-pedagógica Freiriana.** Disponível em: <[GT06-1908_int \(anped.org.br\)](http://GT06-1908_int(anped.org.br))>. Acesso em: 16 dez. 2020

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **A poética do espaço escolar: Algumas questões sobre o refeitório escolar como espaço de Educação Popular de crianças em periferias urbanas.** Disponível em: <[GT06-2183_int \(anped.org.br\)](http://GT06-2183_int(anped.org.br))> Acesso em: 17 dez. 2020

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Aprender com o pé atrás: Reflexões sobre o lugar da (des)confiança no processo de educar-se na noite.** Disponível em: <[35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT06 Trabalhos/GT06-2214_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT06%20Trabalhos/GT06-2214_int.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2020

TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. **Mulheres camponesas e os processos educativos desencadeados por suas práticas de cuidado à saúde.** Disponível em: <[GT06-2471_int \(anped.org.br\)](http://GT06-2471_int(anped.org.br))>. Acesso em: 20 dez. 2020

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Participação popular e engajamento de prostitutas na luta por direitos.** Disponível em: <36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt06_trabalhos_pdfs/gt06_2722_texto.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020

SOUZA, Tiago Zanquêta de; VASCONCELOS, Valeria Oliveira de. **Da indignação ao encantamento: Alguns porquês da escravidão e a Educação Popular.** Disponível em: <[gt06_3198_texto.pdf \(anped.org.br\)](http://gt06_3198_texto.pdf(anped.org.br))>. Acesso em: 26 dez. 2020

MURACA, Maria Teresa. **Método e metodologia entre pedagogia popular e feminismo**. Disponível em:

<36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt06_trabalhos_pdfs/gt06_3354_texto.pdf> Acesso em: 01 jan. 2021.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. **A história de Brenda - de visitante a usuária do Museu da Maré**. Disponível em:

<36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt06_trabalhos_pdfs/gt06_3456_texto.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2021.

RESENDE, Dilcelene Quintanilha de. **A mulher e a docência: histórias de militância**. Disponível em:

<36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt06_trabalhos_pdfs/gt06_3362_texto.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Círculos de cultura e associações de prostitutas: Aprendendo a dizer a sua palavra**. Disponível em: <Trabalho-GT06-4016.pdf (anped.org.br)>. Acesso em: 03 jan. 2021.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Movimentos sociais e a luta por creches no Rio de Janeiro: A experiência das creches comunitárias em São Gonçalo**.

Disponível em: <37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT06-3901.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. **Educação popular e cuidado à saúde no campo: situações limites e a construção de inéditos viáveis por mulheres camponesas**. Disponível em: <Trabalho-GT06-3679.pdf (anped.org.br)>. Acesso em: 05 jan. 2021.

COSTA, Reijane Salazar. **Educação e Envelhecimento: Viver- Morar em Abrigo**. Disponível em: <Trabalho-GT06-3613.pdf (anped.org.br)>. Acesso em: 06 jan. 2021.

SCHEFER, Maria Cristina; KNIJNIK, Gelsa. **A periferia das periferias e o não-lugar escolar: Um estudo do tipo etnográfico**. Disponível em: <Trabalho-GT06-3560.pdf (anped.org.br)>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CASTRO, Amanda Motta. **“Não queria que minha filha tivesse a mesma vida que eu”: Um estudo sobre mulheres no trabalho artesanal**. Disponível em:

<38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT06_138.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

BARBOSA, Carla Melissa. **“Nem Tudo São Flores”: A interface da Educação Popular e um modo de ser mulher, mãe e líder nas Comunidades Eclesiais de Base**. Disponível em: <trabalho_38anped_2017_GT06_508.pdf>. Acesso em:

07 jan. 2021.

COSTA, Reijane Salazar. **Processos educativos vivenciados por idosos residentes de um abrigo**. Disponível em:

<[38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT06_1016.pdf](https://reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT06_1016.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2021.